

*José Bonifácio
de Andrada e Silva*

PROJETOS PARA
O BRASIL



ORGANIZAÇÃO

Miriam Dollimkoff

COMPANHIA DAS LETRAS

gestões. Agradeço também a Joaci Pereira Furtado pelas sugestões e críticas e a Mercedes Prado Bonorino pelo apoio bibliográfico.

Por fim, agradeço a Vera Ferlini pelo apoio de todos esses anos.

INTRODUÇÃO

No decorrer dos dois últimos séculos, diversos intelectuais atuaram na cena política brasileira, munidos de um projeto nacional, empenhados em apresentar soluções para superar os obstáculos à modernização do país. Esses projetos, usualmente formulados segundo os parâmetros das doutrinas então vigentes na Europa ou nos Estados Unidos, aparecem como o produto de um saber pouco acessível à maioria da população e destinados a salvar o país da barbárie. José Bonifácio de Andrada e Silva foi um desses intelectuais. Com sua formação de cientista, influenciado pela Ilustração, observador atento da realidade nacional, formulou um projeto civilizatório que pretendia concretizar no Brasil o sonho de um país europeu na América, embora

isso não o impedisse de respeitar e incorporar as especificidades locais.

Nos seus diagnósticos e propostas, Bonifácio mesclou seus conhecimentos da realidade do país com uma formação teórica sólida, adquirida durante a longa estadia no Velho Continente. Mineralogista reconhecido entre seus pares europeus, erudito, viveu na Europa quase toda sua vida adulta. A extensão de seus conhecimentos e as influências que sofreu ficam claras nos inúmeros escritores citados ou comentados em seus textos: além dos iluministas, filósofos e escritores da Antiguidade clássica e renascentistas.

Em 1783, aos vinte anos de idade, Bonifácio afastava-se da acanhada sociedade colonial para estudar na Universidade de Coimbra, só retornando ao Brasil aos 56 anos. Terminados os estudos universitários, permaneceu na Europa, inicialmente em viagem de dez anos por diversos países, a fim de aprofundar seus conhecimentos em mineralogia, com cursos frequentados em Paris e Freiburg e em visitas a grandes minas do continente. De volta a Portugal, ali se estabeleceu como membro da burocracia e dos meios acadêmicos lusitanos, ocupando, como cientista, inúmeros cargos importantes. Durante essa longa estadia europeia,

publicaria vários artigos em revistas especializadas francesas e inglesas.

Na Metrópole, Bonifácio integrou o grupo de ilustrados lusitanos liderado por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, que tinha por principal objetivo reforçar e modernizar o Império português, de modo a tirá-lo da crise econômica em que se encontrava. Entre esses intelectuais, herdeiros diretos da política reformista do marquês de Pombal, contavam-se diversos brasileiros que, ainda longe de qualquer perspectiva nacionalista, consideravam-se súditos do grande Império português, cujas glórias acreditavam poder reconquistar, uma vez adotado o caminho correto ditado pelo conhecimento científico. Bonifácio tornou-se membro do principal centro do pensamento ilustrado lusitano, a Academia das Ciências de Lisboa, e, em 1812, foi nomeado para o importante cargo de secretário da instituição. É embalado pela visão global do império, do qual o Brasil era apenas uma das partes, embora a mais importante, e pela perspectiva ilustrada de modernização e desenvolvimento através do saber, que Bonifácio primeiro pensou sua terra natal. A visão nacionalista e política do problema só viria mais tarde, quando se viu envolvido nos acontecimentos da Independência.

Sua carreira política seria no entanto bastante breve. Iniciou-se em junho de 1821, quando foi nomeado vice-presidente da junta provisória de São Paulo, para encerrar-se dois anos depois, em novembro de 1823, com sua deportação para a França, quando já contava sessenta anos de idade. As juntas provisórias, que passaram a governar as províncias, foram organizadas pela elite colonial que aderiu à Revolução Liberal do Porto. Movimento liderado pela nascente burguesia lusitana contra o regime absolutista de d. João VI, pretendia substituí-lo por uma monarquia constitucional, o que agradava aos anseios liberais da elite colonial, incluindo Bonifácio, defensor ardoroso desse regime.

A partir de então, tornou-se rapidamente uma figura de importância nacional. No final de 1821, caberia a ele liderar os setores da elite nativa, já agora empenhados em breçar as pretensões recolonizadoras das Cortes de Lisboa. Os deputados portugueses, reunidos para redigir a Constituição do novo regime, haviam aprovado medidas anulando todas as regalias conquistadas pelo Brasil desde 1808, quando da transplantação do governo português para a América.

Em janeiro de 1822, foi convidado por d. Pedro para integrar seu ministério, tornando-se o mais importante mi-

nistro do então príncipe regente e um dos principais articuladores da Independência, meses depois. Independência que Bonifácio a princípio não desejava, preferindo a solução de um grande império luso-brasileiro, no qual sua terra natal deixaria de ser mera colônia para adquirir estatuto de igualdade com Portugal, partes simétricas de um mesmo império, apenas separadas pelo oceano. Essa ambição fora entretanto abortada pelos propósitos recolonizadores das Cortes liberais, que não deixaram alternativa senão a independência. Realizada esta, Bonifácio permaneceu como o mais poderoso ministro de d. Pedro, com uma inacreditável capacidade de colecionar inimigos.

Republicanos, áulicos, absolutistas, nobres, por razões distintas, sentiam-se prejudicados pelo imenso poder desfrutado por ele. E foi às intrigas desses setores, além da perfídia do próprio imperador, que Bonifácio arribou sua queda do ministério, em julho de 1823, como não se cansa de repetir em seus inúmeros textos sobre esses acontecimentos, aqui reproduzidos na seção *Política*. Demitido, assumiu sua cadeira de deputado na Assembléia Constituinte, reunida desde março de 1823 para redigir a nova Constituição do país. Meses depois, a Constituinte era dissolvida pelo imperador, insatisfeito com a Carta que se pre-

tendia aprovar. Bonifácio foi então preso e deportado, juntamente com outros deputados, passando a viver em Bordeaux, França.

Foi durante o exílio que escreveu a maior parte dos textos agrupados na seção de política. Embora não estejam datados, as referências explícitas à sua deportação, em alguns casos, ou o tratamento rancoroso e amargo dispensado a d. Pedro e seus aliados, não deixam dúvidas sobre o momento em que foram escritos. Lidos em conjunto, fornecem uma avaliação significativa sobre as turbulências que marcaram o processo de independência, da parte de um dos seus atores principais.

Um brevíssimo retorno ao cenário político ocorreria em 1831, quando assumiu nova cadeira de deputado (mas, então, já sem o brilho e a importância da fase anterior, terminando por se afastar definitivamente em 1833) e a tutoria de d. Pedro II. Em uma decisão surpreendente, d. Pedro I, no momento em que era obrigado a abdicar da coroa e abandonar o país, deixando para trás o filho ainda pequeno, chamou Bonifácio, seu antigo desafeto, para ser responsável pelo herdeiro do trono. É impossível desvendar as razões que moveram o imperador. Mas, ao nomear o velho Andrada como tutor de seu filho, o certo é que lhe deixou

como legado seus não poucos inimigos. Entre eles, os liberais, que haviam forçado sua abdicação e não sossegaram enquanto não destruíram Bonifácio da tutoria (em 1832 seria acusado por Diogo Antônio Feijó, então ministro da Justiça e um dos expoentes do grupo liberal paulista, de um pretenso envolvimento num levante contra o governo, ocorrido no Rio de Janeiro). Afastado em 1833, foi processado e julgado à revelia, sendo absolvido em 1835.

Nos dois anos em que esteve à frente dos principais acontecimentos políticos, Bonifácio teve papel fundamental na articulação da Independência, da construção de um Estado nacional e da conquista de um império brasileiro. Juntamente com a elite do Centro-Sul, que gravitava em torno da nova corte do Rio de Janeiro, empenhou-se na manutenção da unidade territorial de toda a América lusitana, sob a direção do governo de d. Pedro, impedindo que se repetisse aqui a fragmentação em diversos países independentes, como ocorrera com a América espanhola. Também contribuiu para que a alternativa republicana, considerada a vocação natural das Américas, fosse afastada em favor de uma monarquia constitucional, o único regime, no seu entender, que oferecia condições para realizar as reformas necessárias para se alcançar a civilização.

Unidade, centralização e monarquia, em plena América fervilhante de idéias federalistas e republicanas: estas foram conquistas da elite que se afirmava com a Independência, no interior da qual Bonifácio desempenhou um efetivo mas importante papel de liderança. Entretanto, é como derrotado que escreve no exílio. Seu projeto de nação e as reformas defendidas como único meio de construir na América um país moderno e civilizado não haviam se concretizado.

Como cientista, como pensador imbuído das idéias da Ilustração, como membro da elite colonial, filho que era de uma das mais ricas famílias de Santos, e como estadista, Bonifácio pensou a nação de uma maneira global, formulou propostas e procurou, na medida do possível, implementá-las. Dos seus escritos emerge um projeto nacional coerente e articulado, embora não sistematizado.

Tinha diante de si um território com pesada herança colonial, cuja população era composta, na sua maioria, por negros e mestiços, a maior parte escrava, e o desafio de transformá-lo em um país civilizado, segundo os padrões europeus. Para materializar a miragem de um país europeu na América, era preciso, no seu entender, adotar reformas de grande alcance, que atacassem o que considerava ser os

entraves para a conquista da civilização: a heterogeneidade racial e cultural, a escravidão, a equivocada política indigenista e a profunda ignorância que grassava entre brancos e negros, ricos e pobres.

Bonifácio foi um ousado pensador reformista, que escreveu sobre os mais diferentes temas do Brasil de seu tempo. No entanto, esse Bonifácio permanece praticamente desconhecido, obscurecido pela pobre imagem oficial do "Patriarca da Independência". A imensa quantidade de anotações que deixou permanece, na sua maior parte, inédita nos arquivos. São esses escritos que se encontram agora aqui reunidos. Até hoje, os textos de Bonifácio vieram a público apenas através de três coletâneas, uma organizada por Otávio Tarquínio de Sousa, no final da década de 1930, outra por Edgard de Cerqueira Falcão, na década de 1960, e a terceira por Octaciano Nogueira, em 1973.¹ Mas, nos três casos,

¹ Otávio Tarquínio de Sousa (org.), *Patriarca da Independência*. São Paulo, Nacional, 1939; Edgard de Cerqueira Falcão (org.), *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1965, 3 vols., e Octaciano Nogueira (org.), *Obra política de José Bonifácio*. Brasília, Senado Federal, 1973. A coletânea organizada por Otávio Tarquínio foi recentemente (1994) reeditada pela Prefeitura de Santos, em um volume intitulado *A rebelião do patriarca*.

apenas os textos oficiais foram reproduzidos. No entanto, é somente pela leitura das suas anotações pessoais, transcritas neste volume, que se pode vislumbrar todo o alcance do pensamento político e social de José Bonifácio, revelando, o que é mais importante, novos aspectos para a reflexão sobre a história brasileira.

Bonifácio acalentou um projeto civilizador que tinha por fim último viabilizar a nação. Seu diagnóstico sobre o Brasil, expresso nos textos que compõem as seções *Brasil e Política*, era intensamente negativo. Para ele, o brasileiro era, por natureza, clima e vícios coloniais, preguiçoso, indolente e ignorante. O que não impedia que, uma vez adotada uma política reformista correta, esse quadro pudesse ser inteiramente alterado. Em suas palavras: "Por que a educação política e religiosa de mãos dadas com as leis e costumes, seus filhos, não farão heróis de valor e indústria ao desleixado brasileiro?". Mas qualquer educação seria estéril, se antes de tudo a heterogênea população brasileira não fosse transformada em um conjunto homogêneo em todos os sentidos: racial, cultural, legal e cívico.

Só então poderia ser criada uma identidade nacional, que transformasse inimigos seculares (brancos proprietários, negros escravos e índios selvagens) em compatriotas e con-

cidadãos. Tarefa que lhe parecia extremamente árdua: "Será mais fácil propagar as luzes e aumentar a riqueza no Brasil, do que vencer as dificuldades que se opõem, por causa das raças e escravidão, a que seus moradores sejam sociais entre si e se olhem como irmãos e concidadãos". Para vencer essas dificuldades, Bonifácio pregava o fim da escravidão com mecanismos de suporte social para os negros, a integração dos índios à sociedade nacional e a mestiçagem, de onde deveria resultar uma nova "raça", tão brasileira quanto integrada: a miscigenação era o caminho pelo qual se chegaria também à homogeneidade cultural.

Bonifácio acreditava que a mestiçagem criaria um repertório cultural comum, em que prevaleceria a superioridade branca, sendo portanto também um instrumento civilizador. Assim, por exemplo, julgava ser dever do governo "animar por todos os meios possíveis os casamentos dos homens brancos e de cor com as índias, para que os mestiços nascidos tenham menos horror à vida agrícola e industrial". Essa população, nacionalizada através da miscigenação e da integração social, deveria então ser devidamente educada e civilizada por um governo de sábios, uma elite ilustrada, que justamente por isso estaria capacitada para tal. Governar, no que, na forma de uma monarquia constitucional, se orga-

nizaria em torno do Parlamento, pois, acreditava Bonifácio, "o legislador, como o escultor faz de pedaços de pedra estátuas, faz de brutos homens".

Se a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada e a integração dos indígenas eram necessárias para alcançar a homogeneidade e conformar a identidade nacional, também o eram para criar outras condições indispensáveis à existência da nação. Somente através dessas reformas se poderia preservar a ordem interna (liquidando os principais focos de tensão), conquistar o desenvolvimento econômico e construir o Estado nacional, segundo os padrões modernos. Este último ponto perpassa todo o pensamento de Bonifácio. A construção de um Estado moderno, capaz de gerenciar os conflitos e de implementar um plano civilizador, está presente, por exemplo, em seu projeto de emancipação gradual da escravatura, apresentado à Assembléia Constituinte em 1823, aqui transcrito na seção *Escravidão*. Os artigos de lei ali propostos obedecem basicamente ao objetivo de garantir que as relações escravistas fossem mediadas pelo Estado. Para Bonifácio, a intervenção estatal na relação senhor/escravo apresentava-se como o mecanismo regulador que retiraria dos grandes proprietários o pleno arbítrio sobre a vida dos seus cativos. Assim, em

vários artigos desse projeto, procurou estipular as condições de trabalho dos escravos, impondo restrições à exploração de menores e de mulheres, a delimitação da jornada diária e a determinação de que o senhor fornecesse alimentação e vestuário adequados. Além disso, prescrevia que deveriam ficar a cargo do poder público, e não dos senhores, o julgamento e a punição dos escravos infratores.

Tal proposta investia diretamente contra um dos principais pilares da instituição servil moderna: o poder incontestável de vida e morte que o senhor detinha sobre seus escravos. Seu alvo declarado era diminuir a tensão entre os dois pólos da relação escravista, para, de imediato, preservar a ordem interna, e ao mesmo tempo criar condições mínimas para que no futuro, quando emancipado, o ex-cativo estivesse preparado para se tornar um cidadão, ou seja, aceitar a civilização que até então o escravizara. Mas, para além desses fins imediatos, as medidas propostas nessa *Representação*, se implementadas, acabariam por contribuir para a superação de uma das principais barreiras encontradas pelos construtores do Estado: a extrema dificuldade do poder público em transportar as porteiças das fazendas e impor-se ao poder privado.

A escravidão colocava necessariamente boa parte da po-

pulação sob o arbítrio particular dos grandes proprietários de terras, o que significava que a condição primeira para a constituição de um Estado moderno, o monopólio das capacidades legislativa e coercitiva, ficava comprometida. O senhor legislava plenamente sobre a vida de seus cativos, usando da violência sem mais restrições além daquelas ditadas por sua própria noção pessoal de justiça. Exercia assim um poder que acabava se estendendo também às relações entre proprietários e homens livres pobres, que dependiam do favor dos primeiros para sobreviver. Ao elaborar esse projeto, é provável que fosse intenção de Bonifácio submeter o poder privado ao público, deslocando para este último as atribuições legislativas e coercitivas referentes ao cotidiano dos escravos, já que o preocupavam os obstáculos que o Estado encontrava para penetrar nas localidades onde predominava tal poder privado.

Esses empecilhos justificavam, inclusive, a defesa de uma espécie de reforma agrária no país. Era preciso restringir os latifúndios e incentivar a pequena e média propriedade. Caiminho seguro para a produtividade agrícola, mas também para a penetração do Estado no interior da nação, na medida em que diminuiria o poder dos grandes latifundiários e também permitiria o povoamento do território nacional.

acabando com o isolamento em que vivia a maior parte da população. Tal reforma agrária, que Bonifácio propõe de maneira mais sistematizada nos seus *Apointamentos sobre as sessórias*, aqui reproduzidos, aparecia como o meio necessário para atingir a modernidade. Isso porque, além de ser condição para a imposição do Estado a todo o território, o era também para superar os entraves ao desenvolvimento da indústria e da agricultura e, principalmente, para a integração à sociedade de índios e negros libertos (o que só seria possível se conferidos a eles meios de sobrevivência, tornando-os pequenos proprietários). Assim, Bonifácio advogava o confisco e a venda das terras improdutivas pelo governo, recomendando que seu produto fosse "empregado nas despesas de estradas, canais e estabelecimentos de colonização de europeus, índios e mulatos e negros forros".

A defesa da reforma agrária, tal como a faz Bonifácio, surpreende pela semelhança com as discussões contemporâneas do tema. Esta é, na verdade, uma constante em seus escritos. Lá está, por exemplo, no pensamento desse intelectual político do início do século XIX, a mesma preocupação com os aspectos arcaicos do país, recorrente nas mais diferentes visões sobre o Brasil desde então. Suas propostas reformistas já incluíam muitos itens ainda debatidos na

atualidade por permanecerem irresolutos, como a administração de educação básica para todos, a má distribuição da terra, a expansão dos direitos reais de cidadania e a garantia de inclusão social de todos os brasileiros. Questões que, então como hoje, já eram tomadas como pressupostos necessários para a modernidade e a civilização.

Mesmo quando trata de um problema que aparentemente nada tem que ver com os dias que correm, como é o caso da escravidão, a abordagem de Bonifácio diz muito ao nosso tempo. Isso porque ele tinha como preocupação central apontar as consequências maléficas da persistência da escravidão sobre a própria elite branca: atraso econômico e impossibilidade do exercício da cidadania, segundo os preceitos mais modernos, atingiam não apenas negros mas também, e principalmente, brancos. O inevitável convívio diuturno com a violência, além da ignorância e da miséria, inerentes à escravidão, acabava por contaminar os senhores, tornando-os inaptos para a cidadania e a modernidade. Troque-se escravidão por miséria e encontramos o Brasil atual: "A maior corrupção se acha onde a maior pobreza está ao lado da maior riqueza", na síntese de Bonifácio.

Sua visão global dos diversos problemas que se opunham à construção da nação moderna, com que sonhava,

o levou a se interessar pelos mais diversos aspectos da realidade brasileira. Como maçom e ilustrado, estava imbuído de profundo anticlericalismo, atribuindo à Igreja católica parte da responsabilidade pelo atraso nacional. Para ele, "a religião que convida à vadiagem e faz do celibato uma virtude é uma planta venenosa no Brasil. Demais o catolicismo convém mais a um governo despótico, que a um consuetudinal". Como cientista, repugnava-lhe a destruição insensata e descontrolada das matas, que traria inevitavelmente grandes prejuízos para o país no futuro. Como poeta, preocupava-se com os limites aparentemente intransponíveis da literatura pátria, corroida pelos mesmos males do atraso e da ignorância, que o levavam a profetizar com amargura e ironia: "As nossas glosas nunca passarão os Pireneus". Como político, denunciava o sacrifício do interesse público em favor do enriquecimento privado.

No entanto, a nação moderna permaneceria como um sonho aparentemente inatingível. O projeto reformista de Bonifácio esbarrou em interesses concretos e poderosos o suficiente para retirar da pauta política temas como abolição, educação pública e reforma da propriedade da terra. Ao contrário do que pensava, a construção do Estado nacional e a constituição da nação foram possíveis sob a égide do

regime escravista. Ainda que o Estado que afinal se cons-
truiu, se moderno na forma, pagasse no conteúdo o preço
devido à sua coexistência histórica com a escravidão: clien-
telismo, favor, exclusão, fraude e violência tornaram-se seus
elementos intrínsecos. Para Bonifácio, um país sem saída:
"O Brasil agora é feito para a democracia, ou para o despo-
tismo — errei em querer dar-lhe uma monarquia constitu-
cional. Onde está uma aristocracia rica e instruída? Onde
está um corpo de magistratura honrado e independente? E
que pode um clero imoral e ignorante, sem crédito e sem
riqueza? Que resta pois? Uma democracia sem experiência,
desunida, corrompida e egoísta; ou uma realeza, sem con-
fiança e sem prudência, ferosa e despótica [...]. A catástrofe
é inevitável".

É importante notar que não foi prioritariamente o hu-
manitarismo que moveu José Bonifácio na sua perspectiva
reformista. Ao contrário, um de seus objetivos era o bene-
fício da própria elite, ao procurar garantir maior desen-
volvimento econômico, ao mesmo tempo que se preserva-
va a ordem interna e se conferia ao país competitividade no
plano internacional, colocando-o em harmonia com as no-
vas diretrizes que imperavam nas regiões consideradas mais
avançadas. Mas essa mesma elite não estava disposta a pagar

o preço da modernização que supostamente a beneficiaria.
Bonifácio falava aos grupos dominantes e só poderia ter
sido bem-sucedido se contasse com a adesão de seus pares.
Mas suas idéias não expressavam os interesses imediatos da
elite emergente.

Em sua arrogância de ilustrado, pretendeu civilizar a
elite, mostrando-lhe o caminho que deveria trilhar, como
se ela própria não fosse capaz de compreender os seus reais
interesses. E procurou demonstrar que, ao contrário do que
seus membros podiam supor, esses interesses estavam con-
templados nas medidas reformistas que propunha, pois, nas
suas palavras, "a pátria não é mãe que devore parte dos filhos,
para felicitar outra exclusivamente, pelo contrário". O Esta-
do e o Parlamento devciam criar a nação e a cidadania, por
meio de reformas profundas. Mas para isso era preciso uma
elite cidadã, com a qual Bonifácio não pôde contar. Ofreceu
assim um futuro mais glorioso a uma elite que desejava
apenas um presente mais lucrativo. E foi facilmente silen-
ciado.²

² A análise do pensamento de Bonifácio, apresentada nesta introdução,
é parte de um artigo intitulado "O projeto nacional de José Bonifácio",
publicado na *Revista Novos Estudos Cebrap*, n.º 46, de novembro de 1996.

É esse quase desconhecido José Bonifácio, como foi dito, que se apresenta neste volume. Os textos selecionados são, na grande maioria, transcrições de seus manuscritos inéditos que se encontram nos arquivos do Museu Paulista e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Manuscritos em geral caóticos, a maior parte de caráter privado, nos quais, muitas vezes, em uma mesma página se fala de vários assuntos diferentes. Sem datas, a época em que foram escritos apenas algumas vezes pode ser estabelecida pelo seu conteúdo.

Assim, e para tornar mais rica a leitura, optou-se aqui por reordenar os manuscritos. Reorganização arbitrária, embora não aleatória, sem a qual o leitor ficaria perdido entre assuntos misturados e por vezes desconexos, enquanto a riqueza do pensamento de Bonifácio seria obscurecida por essa desordem de quem não escreveu pensando em tornar públicos tais escritos. Pois, com exceção dos dois textos destinados à discussão na Assembléia Constituinte, sobre a escravatura e sobre os índios, e da carta dirigida ao conde de Funchal, todos os demais são anotações pessoais que o autor não pretendia fossem lidas por outras pessoas, o que, por outro lado, garante maior espontaneidade nas idéias e pensamentos ali expressos.

As seções foram organizadas de modo a evidenciar a visão do Brasil e o projeto de nação de Bonifácio. Oprouse por começar pelos dois temas mais dramáticos, com os textos sobre a escravidão, na primeira seção, e sobre os índios, na seguinte. Vale ressaltar que, a crer nos seus manuscritos que sobreviveram ao tempo, a questão indígena mereceu dele especial atenção: é notável a quantidade de escritos destinados à análise desse problema, o que demonstra ter-lhe sido esse tema ainda mais caro que outros de igual importância social, como a própria escravidão, por exemplo.

A relevância dada ao problema da integração dos índios se deve, provavelmente, a três fatores. Primeiro, por ter Bonifácio nascido em São Paulo, quando a escravidão negra mal penetrara na capitania, alimentando-se a economia paulista da exploração dos índios. Segundo, devido à forte influência que sofreu do pensamento ilustrado pombalino, no qual o problema indígena aparece com destaque. Por fim, pelo fato de que atribuía ao índio o papel principal na substituição da mão-de-obra africana, uma vez extinto o tráfico negroiro e abolida a escravidão, como é explicitado nos seus *Apontamentos para a civilização dos índios bravos*, reproduzido na seção *Índios*.

Na terceira seção, intitulada *Reformas*, estão as propostas

reformistas mais genéricas. A partir da quarta seção, *Brasil*, estão os diagnósticos sobre os males que afligiam a nação, nos textos que apresentam o país tal qual visto pelo estadista. Em seguida, os escritos sobre política, nos quais mistura suas mágoas pessoais à avaliação sobre os acontecimentos do período da Independência, e, na sequência, os que versam sobre economia. Uma seção foi aberta para abrigar suas reflexões sobre literatura, filosofia e religião. Na parte seguinte, estão suas anotações mais propriamente pessoais, como os fragmentos de um diário que começou a escrever quando na Dinamarca, em 1799, além de textos em que expõe suas idéias sobre si mesmo. Por fim, a última seção, intitulada *Miscelânea*, inclui pequenos apontamentos sobre diversos assuntos, que, se não são suficientes para separadamente justificar uma seção própria, são no entanto por demais saborosos em seu conjunto para ficarem de fora. Assim, foram ali reunidos parágrafos que trazem sua visão sobre as mulheres, sobre o caráter humano, sobre Portugal, entre outros.

Na medida do possível, os textos estão transcritos na sua integridade, mas, em alguns casos, passagens foram cortadas por introduzirem assuntos muito distintos. Em cada uma das seções existe uma parte final, denominada *Avul-*

so, que, como o nome indica, contém parágrafos soltos retirados dos manuscritos.

O único tratamento dado aos textos foi a atualização da ortografia e algumas alterações na pontuação. Os títulos foram dados pela organizadora do volume, salvo indicação contrária. No mais, permanece a linguagem seca, direta, muitas vezes coloquial e algo moderna, mais de cientista que de bacharel, que marca esses escritos.

CRONOLOGIA

- 1763 Nasce em Santos, capitania de São Paulo, em 13 de junho, José Antônio de Andrada e Silva, nome depois trocado para José Bonifácio. Filho do coronel Bonifácio José Ribeiro de Andrada, comerciante e segunda maior fortuna de Santos, e de sua mulher, Maria Bárbara da Silva.
- 1783 Matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 1784 Matricula-se nas faculdades de filosofia e matemática da mesma universidade.
- 1787 Forma-se em filosofia.
- 1788 Gradua-se em direito.
- 1789 Ingressa na Academia das Ciências e Letras de Lisboa, um dos principais centros do pensamento ilustrado lusitano.
- 1790 É publicada sua *Memória sobre a pesca das baleias e a extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias*, trabalho apresentado na Academia das Ciências. Recebe do governo português financiamento para viajar pela Europa, juntamente com Joaquim Pedro Fragoso e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, com o objetivo de aprofundar-se nos estudos mineralógicos. Parte para a França no mês de junho.
- 1791 Frequentia o curso de mineralogia e química da Escola Real de Minas em Paris.
- 1792 Frequentia a Escola de Mi-

nas de Freiburg. É publicado em Paris, nos *Annales de Chimie*, seu artigo "Mémoire sur les diamants du Brésil, lu à Société d'Histoire Naturelle de Paris". O mesmo artigo foi depois publicado em inglês, em 1797, no *Journal of Natural Philosophy, Chemistry and Arts* de Londres.

1794 Forma-se na Escola de Minas de Freiburg, em agosto, e recebe diploma onde constam conhecimentos em minas, metalurgia, mineralogia, ortognostia e gergonomia. Segue viagem para visitar minas da Áustria, Alemanha e Itália.

1796 Fixa residência na Suécia para continuar seus estudos.

1799 Muda-se para a Dinamarca.

1800 Retorna a Portugal em setembro. É publicado em Paris, no *Journal de Physique, de Chimie et d'Histoire Naturelle*, seu artigo "Exposé succincte des caractères et des propriétés de plusieurs nouveaux minéraux de Suède et de Norwège, avec quelques observations chimiques faites sur ces substances".

1801 Em abril é designado para organizar a cadeira de metalurgia

da Universidade de Coimbra, tornando-se seu titular. Em maio é nomeado intendente-geral das Minas e Metais do Reino e membro do Tribunal de Minas. Em novembro torna-se diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa.

1803 Publica no *Journal des Mines*, de Paris, artigo intitulado "Notice sur la structure minéralogique de la contrée de Sala, en Suède".

1805 Nomeado desembargador da Relação e Casa do Porto, cargo que, entretanto, nunca ocupou de fato.

1807 Nomeado superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra.

1808 Ingresa no Corpo Voluntário Acadêmico, para lutar contra as tropas francesas que invadiram Portugal.

1809 Assume o comando do Corpo Acadêmico Militar, depois de ser promovido a tenente-coronel. Com a retomada da cidade do Porto pelos portugueses, é nomeado inspetor de policia dessa cidade e superintendente da Alfândega e Martinhas.

1812 Nomeado secretário da Academia das Ciências de Lisboa, cargo que exercerá até seu retorno ao Brasil, em 1819. Publica no jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro, "Mineralogia. Memória feita pelo desembargador José Bonifácio de Andrada".

1815 Publica em Lisboa, pela tipografia da Academia Real das Ciências, a *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos arcos de beira-mar; seu método de semear, e o seu costume e administração*.

1817 Publica, pela mesma tipografia, *Memória sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo*.

1818 É publicado, pela Academia das Ciências, seu *Discurso histórico recitado na sessão pública de 24 de junho de 1818 pelo secretário José Bonifácio de Andrada e Silva*. Também, pela mesma Academia, é publicado neste ano a *Memória sobre as pesquisas e lavoura dos vetos de chumbo de Chacim, Souto, Venozella e Villar de Rei na provincia de Trás os Montes*.

1819 Recebe autorização do go-

verno português para retornar ao Brasil. Em 19 de agosto embarca juntamente com sua mulher, d. Narcisca Emilia O'Leary de Andradada, e sua filha, Gabriela Frederica de Andrada, além da filha que viveira com uma amante, Narcisca Cândida de Andrada, que seria criada por d. Narcisca. A filha mais velha, Carlota Emilia, permaneceu em Portugal, onde acabara de se casar com um auxiliar de Bonifácio, Alexandre Antônio Vandelli.

1820 De março a abril, viaja, com seu irmão Martim Francisco, pelo interior da provincia de São Paulo para realizar estudos mineralógicos. Os resultados dessas pesquisas foram publicados sob o título *Viagem mineralógica na provincia de São Paulo*, em 1823. É agraciado com o titulo de conselheiro, conferido por d. João VI.

1821 Torna-se, em junho, vice-presidente da Junta Provisória da provincia de São Paulo, organizada em consequência das transformações ocorridas com a revolução constitucional do Porto, de 1820. Tem inicio aqui sua carreira politica. É publicado no Rio de Janeiro,

sua mulher e de sua filha, Gabriela, casada com Martin Francisco.

1824 Chega a Vigo, na Espanha, no dia 12 de fevereiro, embarcando em outro navio com destino a Bordeaux, na França, onde chega em 5 de julho.

1825 Publica em Bordeaux, sob o pseudônimo de Américo Elísio, suas *Poesias avulsas*. É publicada em Paris, pela F. Didot, a representação sobre a escravatura apresentada na Assembléia Constituinte.

1826 A mesma representação é publicada em inglês, em Londres, pela Butterworth. Em Paris, é publicado *Refutation des calomnies relatives aux affaires du Brésil, inédites par un Sieur De Loy dans l'Impendant de Lyon; par Messieurs José-Bonifácio d'Andrada, Antonio-Carlos-Ribeiro d'Andrada [et] Martin-Francisco d'Andrada*, pela Imprimerie d'A. Bétraud.

1827 É publicada a *Ode aos gregos, por um brasileiro*, em Paris, também pela tipografia de A. Bétraud.

1829 Retorna ao Brasil em julho. Durante a viagem de navio, sua mulher falece. Fixa residência na ilha de Paqueta (RJ).

dos índios à sociedade nacional, tendo sido publicado pela Imprensa Nacional neste mesmo ano. O segundo, Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura, propõe o fim do tráfico negro e a emancipação gradual dos escravos. Em 12 de agosto circula o primeiro número do jornal *O Jornal*, redigido por amigos de Bonifácio e considerado um porta-voz dos Andradas. Seu último número sai em 11 de novembro. Em 12 de novembro d. Pedro ordena o fechamento da Constituinte, por discordar do projeto de Constituição elaborado pelos deputados. Nesse mesmo dia, Bonifácio é preso em sua casa e conduzido para o Arsenal da Marinha, para onde foram levados presos outros constituintes considerados perigosos. Poucas horas depois é transferido para a fortaleza de Laje e em 20 de novembro é exilado para a França. Viagou acompanhado dos dois irmãos, Antônio Carlos e Martin Francisco, ambos deputados e também exilados, de

dias depois de proclamada a Independência, é nomeado ministro do Império e Negócios Estrangeiros. É publicado no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional, *Representação que à Augusta presença de Sua Alteza Real o príncipe regente do Brasil, levaram o governo, o Senado da Câmara e clero de São Paulo, por meio de seus respectivos deputados, com o discurso que, em audiência pública do dia 26 de janeiro de 1822, dirigiu em nome de todos ao mesmo Augusto Senhor, o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros*.

1823 Em maio é instalada a Assembléia Geral Constituinte. Em 16 de julho Bonifácio pede demissão do ministério por desavenças com d. Pedro I, depois de ter sido alvo de intrigas políticas e palacianas que o indispueram com o imperador. Assume seu lugar como deputado da Assembléia, onde apresenta dois projetos de lei. O primeiro, Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil, contém um verdadeiro programa de integração

pela Tipografia Nacional, *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados. Mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real, o príncipe regente do Brasil; a instância dos mesmos senhores deputados, com instruções para os deputados que deviam representar São Paulo nas Cortes de Lisboa*. Embora o texto seja assinado por todos os membros do governo paulista, sua autoria é atribuída a José Bonifácio.

1822 Chefa delegação paulista que, em 18 de janeiro, entrega a d. Pedro representação do governo de São Paulo instando o príncipe a desobedecer às ordens das Cortes de Lisboa e permanecer no Rio de Janeiro. No mesmo dia é nomeado, por d. Pedro, ministro do Reino e dos Estrangeiros. Em 28 de maio é escolhido grão-mestre da loja maçônica Grande Oriente do Brasil. Em 2 de junho, entretanto, por desavenças políticas com membros da maçonaria, funda uma réplica desta, o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz. Em 14 de setembro, sete

1831 É indicado por d. Pedro I como tutor de d. Pedro II, que assumia o trono, aos cinco anos de idade, depois da abdicção de seu pai, em 7 de abril. Em 22 de junho era empossado deputado, na qualidade de suplente eleito pela Bahia. Publicação pela Tipografia Imperial de E. Seignot-Planchet, no Rio de Janeiro, *O poeta desterrado. Ode escrita em Bordéus em 1825, por Américo Elisio.*

1832 É aprovado decreto na Câmara que o destitui da tutoria de d. Pedro II, depois de acusação formal do ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, seu antigo inimigo,

de que Bonifácio estivera envolvido em levante armado contra o governo, ocorrido em abril no Rio de Janeiro. O decreto, entretanto, é rejeitado no Senado por um voto.

1833 É novamente apresentado e, agora, aprovado, em 14 de dezembro, o decreto que o afasta da tutoria, desta feita na Câmara e no Senado. Retira-se para sua casa em Paquetá, na condição de preso por conspiração e perturbação da ordem pública.

1835 Julgado à revelia, foi absolvido em 14 de março.

1838 Falece no dia 6 de abril.

Projetos para o Brasil